

Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX.

Nazism, Socialism and the left and right policies in the first half of the twentieth century

Bertone de Oliveira Sousa*

Resumo: Alguns trabalhos que discutem o tema do nazismo o situam como ideologia e movimento político de esquerda. Argumentam que seu caráter revolucionário, o uso do substantivo socialismo em sua sigla e o controle da economia pelo Estado, entre outras questões, são elementos que reforçam essa definição. Neste artigo, é feita uma problematização histórica dessas questões no sentido de mostrar por que o nazismo era uma ideologia de direita e para isso também são traçados alguns paralelos entre a Alemanha de Hitler e a União Soviética de Stalin, para mostrar como alguns elementos que caracterizavam o nazi-fascismo não estavam presentes com a mesma intensidade e os mesmos significados fora de seu arcabouço ideológico e de ação.

Palavras-chave: Nazismo. Direita. Socialismo.

Abstract: Some papers and books discussing Nazism theme consider Nazism as an ideology and political movement left. The authors of these papers and books argue that its revolutionary character, the use of the noun socialism in its logo and control of the economy by the state, among other things, are elements that reinforce this definition. In this article, a historical questioning is made of these issues in order to show why Nazism was an ideology of right and so are also drawn some parallels between Hitler's Germany and Stalin's Soviet Union, to show how some elements that characterized Nazi- fascism were not present with the same intensity and the same meanings out of its ideological framework and action.

Keywords: Nazism. Right. Socialism.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína. E-mail: bertonesousa@hotmail.com

Introdução

Uma característica de alguns trabalhos e perspectivas que discutem o tema do nazismo no Brasil é sua caracterização como ideologia e movimento político de esquerda. Partem dessa premissa, por exemplo, Flavio Quintela (2014) e o jornalista Leandro Narloch (2013). Embora seus livros não tenham rigor acadêmico, alcançaram notória popularidade por se dirigirem a um público politicamente conservador através de uma linguagem acessível. Argumentam que o nazismo se situava à esquerda do espectro político por ter sido um movimento de caráter revolucionário, possuir o substantivo *socialismo* em sua sigla e ter promovido o controle da economia pelo Estado, três características que o irmanava a ideologias de esquerda; isso também se relaciona a uma tendência desses autores de identificar a direita com o liberalismo econômico e a esquerda com o autoritarismo e estatismo que marcaram os regimes totalitários do século passado¹.

Por ser mais prolixo, Narloch será mais discutido neste artigo. Ele reconhece que os nazistas consideravam os comunistas inimigos e os perseguiram quando chegaram ao poder, mas também se opunham ao liberalismo, livre comércio e ao Estado mínimo, que ele afirma serem bandeiras da direita em nossos dias (NARLOCH, 2013, p. 178). Para ele, as semelhanças na estratégia de ação de nazistas e comunistas tornavam as duas ideologias irmãs gêmeas, assim como a mentalidade anticapitalista; destaca que o socialismo estava tão presente na Alemanha nazista de Hitler quanto na União Soviética de Stalin. Narloch também se apoia em alguns renomados autores, como Ian Kershaw, Pierre Chaunu e Alain Besançon. Deste último, retoma a noção de que as duas ideologias no poder promoveram destruição física, política e moral.

Portanto, esse texto tentará pontuar algumas questões que apontem quais as convergências e diferenças entre socialismo e nacional-socialismo e demonstrar por que as duas ideologias não se encontravam no mesmo campo político, a esquerda, e

¹ Essa perspectiva remonta à obra de Hayek (2009), publicada originalmente em 1944, “O caminho para a Servidão”. Nela, o autor inicia destacando que o abandono dos princípios do liberalismo e do individualismo defendidos pelos clássicos dos séculos XVIII e XIX e âncoras das liberdades individuais que vigoraram na Europa até o início do século XX, abriu o caminho para as ideologias coletivistas, o Fascismo, o Nazismo e o Socialismo, baseadas no monopólio do Estado sobre a economia e inexoravelmente autoritárias. No entanto, Hayek também assinalava que essas ideologias “diferem entre si na natureza do objetivo para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade” (p. 86). Contudo, como veremos no decorrer deste artigo, não era apenas neste aspecto que essas ideologias se distinguiam.

que não eram “gêmeos heterozigotos” ou “irmãos gêmeos que brigam” (NARLOCH, 2013, p. 183, 200). Também discutiremos as causas do pacto de não agressão assinado pelas duas potências em 1939 e sua violação cerca de dois anos depois, elemento importante para a compreensão da estratégia política dos dois ditadores. Nesse passo, pretendemos destacar pontos que distinguiam os sistemas nazista e soviético, como metas históricas das duas ideologias, questões econômicas, nacionalismo e internacionalismo e uso de campos de concentração.

As duas ideologias no contexto do início do século

Começamos esclarecendo que a equiparação entre nazismo e comunismo não subsiste a um aprofundamento da discussão histórica. Esse tipo de abordagem faz o que o historiador inglês Richard Overy (2009, p. 17) chamou de “exercício fútil” para tornar os dois regimes “mais semelhantes um ao outro, ou tentar descobrir por avaliação estatística qual era o mais assassino”. Para Overy, “a suposição implícita – de que os dois eram feitos do mesmo tecido ensanguentado – manchou qualquer verdadeira distinção entre eles”, e chama a atenção para o fato de que o papel do historiador é entender os processos históricos e estados de espírito que levaram essas ditaduras a ascenderem ao poder. Convergindo com esse pensamento, Koenen (2009, p. 247) assinala:

Consiste, no objetivo insano, utópico, de um expurgo e de homogeneização da sociedade conforme critérios políticos, sociais ou racistas, a singularidade tanto do stalinismo quanto do nacional-socialismo, que os destacou de todos os demais regimes e formações sociais da história humana até então conhecidos.

Trata-se, no entanto, de um paralelismo e não de uma identidade. Ao contrário: é justamente a comparação direta que clareia as diferenças da situação inicial e da disposição dos respectivos projetos nacional e social-revolucionários. Nalguns aspectos os dois sistemas encontravam-se até em oposição diametral, isto é, representavam dois extremos da história do século 20.

[...] Não foi o nacional-socialismo uma reação ao bolchevismo nem foi o stalinismo uma reação ao nacional-socialismo. Foram simplesmente duas possibilidades extremas de uma política de violência tanto interna quanto externa, que se deram no mesmo espaço histórico, porém sob condições completamente distintas.

A partir dessa perspectiva, podemos verificar que um estudo comparado dos dois sistemas e das duas ideologias evidenciará alguns paralelos entre eles, mas não uma identidade. Ao contrário, para além das semelhanças, suas diferenças se mostram muito mais altissonantes e inconciliáveis e Koenen não é o único historiador a dizer isso. Quando falamos de comunismo e nazismo, imediatamente remetemos à noção de totalitarismo para designar esses sistemas e que, segundo o autor, consiste na “séria tentativa de registrar e remodelar, a partir de um único centro condutor, Estado, economia e sociedade, cultura e educação e, finalmente, também a vida individual dos cidadãos [...], em síntese, o ‘totum’ de uma sociedade (KOENEN, 2009, p. 25)”. Ter clareza desse conceito nos ajuda a estabelecer paralelos e apontar as aproximações e distanciamentos entre eles.

Os dois sistemas emergiram em decorrência da Primeira Guerra Mundial, isto é, são rebentos da guerra total que resultou na decomposição da ordem social e econômica liberal oriunda do século XIX e, ao mesmo tempo, trouxeram para o plano da ação histórica outras ideologias também originadas naquele século: a da luta de classes, luta racial e o nacionalismo. As ideologias que ganharam notoriedade depois da Primeira Guerra na Europa (Nazismo, Fascismo e Comunismo) e que tinham em comum o fato de serem antiliberais e antidemocráticas, já vinham ganhando terreno desde o final do século XIX. Como doutrinas da violência que eram, estavam na ordem do dia após o conflito: na postura de seus principais representantes, a retórica e a violência se superpunham à razão e à ação.

Após a guerra o liberalismo ficou crescentemente desacreditado, cedendo lugar a Estados centralistas. Com a crise de 1929, ficou patente para muitas pessoas que o liberalismo era uma doutrina econômica incapaz de reerguer as economias em crise. Enquanto o keynesianismo fornecia um modelo teórico às democracias e o socialismo soviético se mostrava como exemplo de sucesso de planejamento econômico, Hitler e seu partido nazista aglutinaram o apoio da burguesia e de conservadores temerosos. A partir de 1934, a esquerda e a direita autoritárias se mostravam como os modelos políticos a ditar o rumo da Europa. Ao falar sobre o impacto da Primeira Guerra para a ascensão dos dois sistemas, Overy (2009, p. 20) observa:

Os dois Estados sofreram uma hiperinflação que destruiu inteiramente a moeda e empobreceu qualquer um com riqueza monetária. Na União Soviética, isso serviu aos propósitos

revolucionários arruinando a burguesia; na Alemanha, arruinou toda uma geração de poupadores cujos ressentimentos ajudaram a alimentar a subida posterior do nacionalismo de tipo hitlerista. Os dois Estados eram encarados como Estados párias pelo resto da comunidade internacional, a União Soviética por ser comunista, a Alemanha porque era responsabilizada pela eclosão da Guerra em 1914. Esse senso de isolamento empurrou-os para uma forma mais extrema de política revolucionária e o eventual surgimento da ditadura.

As duas ideologias tinham em comum o antiliberalismo e anti-humanismo, de onde provinha seu desprezo pelo individualismo e sua ênfase no coletivismo. Mas suas razões de existir e seus objetivos eram diferentes e até antagônicos: a utopia soviética se via na vanguarda da emancipação da humanidade e da construção ulterior da sociedade sem classes, estágio mais elevado do progresso humano, e o nacional-socialismo era a ideologia de um povo, a legitimação de sua dominação sobre os demais e seu objetivo maior era a construção de uma ordem social baseada na hierarquia racial e na superioridade da raça germânica. As duas ideologias² se sobressaíram nas primeiras décadas do século XX e se estabeleceram como doutrinas nacionais e por motivos diferentes. O regime bolchevista, após a percepção de que a revolução não ocorreria na Europa, voltou-se para a conquista de todo o território russo e a construção e consolidação do socialismo, o que implicou a caça e perseguição aos kulaks e “inimigos do povo”. Hitler pretendia expandir as fronteiras da Alemanha e subjugar militarmente a Europa, fundando um Reich de mil anos.

As raízes conservadoras do nacional-socialismo

A ideologia soviética via a história pelo viés econômico da luta de classes e a nazista pelo viés biológico da luta de raças. “A centralidade do pensamento racial – bem como a ideia do assassinato maciço industrializado – constituiu a diferença básica entre o império de Hitler e o de Stalin” (MAZOWER, 2001, p. 165). Portanto, essas cosmovisões distinguem radicalmente os dois regimes.

Por outro lado, foi através do pensamento de Edmund Burke que o sentimento racial aliou-se ao nacionalismo (ARENDDT, 2011). Esse influxo remete às raízes

² O termo ideologia é aqui usado no sentido que Hannah Arendt atribui em “Origens do Totalitarismo”, que “se pretende detentora da chave da História, e em que julga poder apresentar a solução dos ‘enigmas do universo’ e dominar o conhecimento íntimo das leis universais ‘ocultas’, que supostamente regem a natureza e o homem” (ARENDDT, 2011, p. 189).

conservadoras do nazismo. Arendt pontua ainda que Burke exerceu forte influência não apenas sobre o pensamento político inglês, mas também sobre o alemão. Edmund Burke (1729-1797) foi um teórico político e estadista inglês que, ainda no século XVIII, teceu fortes críticas ao pensamento social Iluminista que culminou com a Revolução Francesa de 1789. Embora ele considerasse que essas ideologias levariam a um reino de terror e ditadura, suas ideias nortearam o pensamento conservador que se opôs ao Iluminismo e à Revolução e sedimentaram a ojeriza que algumas elites conservadoras sentiam pelos ideais de liberdade e autonomia individual. Seu pensamento contribuiu para a sedimentação de um pensamento racista de base nacional na própria Inglaterra, no século XIX³ (ARENDR, 2011, p. 206). Os conservadores criticavam no Iluminismo a ruptura com a tradição e com as crenças religiosas e morais, que eles julgavam ser “as únicas fontes legítimas de autoridade política. Os Estados não eram constituídos; eram apenas uma expressão da experiência moral, religiosa e histórica de uma nação” (PERRY, 2002, p. 384). Com base nisso, eles atacavam os ideais de igualdade como abstrações perniciosas.

Os conceitos de direita e esquerda remontam aos lugares que representantes das ordens sociais ocupavam na Assembleia Nacional francesa antes da Revolução de 1789. Clero e nobreza, que formavam o primeiro e o segundo estado e constituíam apenas 2% da população no fim do século XVIII, num país com 26 milhões de habitantes, ficavam à direita. O terceiro estado, formado pela burguesia, camponeses e trabalhadores urbanos, ficava à esquerda (PERRY, 2002, p. 319).

Na segunda metade do século XIX, no contexto do avanço da Revolução Industrial, esses conceitos ganharam outras tonalidades na medida em que a direita passou a estar associada a ideias liberais e a esquerda a movimentos sociais anarquistas ou socialistas. Esses movimentos contestavam principalmente a situação de exploração dos trabalhadores nas fábricas. Aqueles que perderam seus privilégios sociais com as agitações políticas passaram a se voltar de forma veemente contra os ideais da Revolução Francesa. Os conservadores viam como pernicioso a ênfase na liberdade e autonomia do indivíduo no pensamento iluminista e reafirmavam o

³ Para Hannah Arendt (2011, p. 211), o nacionalismo inglês e alemão tinha em comum o fato de ter vicejado em uma classe média que não havia se emancipado “inteiramente da nobreza e que, portanto, trazia em si o germe da ideologia racial”. No caso da Alemanha, a autora destaca (p. 195) que o desenvolvimento da ideologia racista se desenvolveu apenas após a derrota do exército prussiano para o de Napoleão em 1806 e nasceu relacionado ao esforço de união do povo contra a dominação estrangeira.

caráter naturalmente hierárquico da sociedade e a necessidade de os mais qualificados governarem os menos capazes. Mas quando falavam em “mais qualificados”, os conservadores se reportavam às elites do Antigo Regime, que viam como portadoras de um direito natural de governança.

A Revolução Francesa também produziu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujos princípios se tornaram a bandeira dos movimentos socialistas. As ideias de universalização da igualdade e de liberdades individuais oriundas da Revolução Francesa causavam ojeriza a muitos conservadores que passaram a defender, no lugar dos direitos universais, o nacionalismo, ou a universalização, sob a forma de dominação política, dos valores de uma nação. Embora o nacionalismo não tenha nascido com essas características, logo associou-se a ideias pseudo-científicas da segunda metade do século XIX como o racismo, o antissemitismo e o sexismo (HUNT, 2009).

“Entre 1789 e 1815, duas concepções diferentes de autoridade guerrearam entre si: os direitos do homem de um lado e a sociedade hierárquica tradicional do outro” (HUNT, 2009, p. 178). Enquanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão alterava a condição dos súditos e reafirmava a primazia do indivíduo sobre as instituições, o pensamento de Edmund Burke, com sua valorização das tradições e da sociedade hierárquica, restringia a noção de liberdade e de direitos ao governo fundado em práticas de longa data. No século XIX, como destacamos, esse pensamento acomodou-se ao conservadorismo nacionalista.

Isso porque a Revolução Francesa não produziu apenas ideais de liberdade e igualdade, mas também o princípio da soberania nacional. A revolução deu novo status ao Estado moderno, ao romper com os privilégios de nascimento do Antigo Regime⁴ e com a hegemonia da Igreja; isso pôs em evidência a importância do Estado-nação e da autodeterminação dos povos. Como reação a isso, emergiu a ideologia do nacionalismo, que desprezava as noções de igualdade e direitos individuais e enfatizava o senso de comunidade e autossacrifício como prova do orgulho de um povo por sua história e por suas tradições. O nacionalismo substituiu os direitos do homem pelos direitos da nação e esta passou a ser frequentemente

⁴ A noção de Antigo Regime nasce com a própria Revolução Francesa e, no pensamento dos homens do final do século XVIII e início do XIX, a revolução marca uma ruptura com uma ordem social caracterizada pela estrutura estamental, com forte continuidade com o feudalismo e o “absolutismo” monárquico como sistema de governo predominante (VOVELLE, 2012).

evocada como entidade escolhida por Deus para cumprir um ideal elevado para o qual fora destinada.

A ênfase do nacionalismo no apego à tradição, a Deus e ao passado (como a glorificação da monarquia e da aristocracia hereditária) logo se tornou a força motriz do pensamento conservador que via com desconfiança as ideias revolucionárias e os valores burgueses do liberalismo. A Alemanha foi o principal cenário onde esse pensamento se desenvolveu, encabeçado pelo movimento romântico com a evocação de um passado místico e a negação do indivíduo, que só poderia ser pensado em sua ligação com o povo, a pátria e a comunidade nacional. O pensamento nacionalista do século XIX rejeitava os direitos do homem para afirmar a força da nação com foco na etnicidade. “Os primeiros sinais de problemas futuros já podiam ser percebidos nas visões expressas no início do século XIX pelo nacionalista alemão Friedrich Jahn: ‘Quanto mais puro um povo, melhor’, ele escreveu. As leis da natureza, sustentava, operavam contra a mistura de raças e povos” (HUNT, 2009, p. 183).

Somado a isso, o desenvolvimento da Biologia foi um importante catalisador das teorias do racismo e do antissemitismo que se difundiram na Europa a partir de então. Os estudos voltados para qualidades biológicas inerentes em determinadas raças levaram alguns povos a acreditar que apenas as melhores raças alcançariam a civilização. Por outro lado, a aquisição de direitos por parte dos judeus e a abolição da escravidão nas colônias britânicas e francesas levaram os teóricos do pensamento racial a buscarem na ciência a legitimação para afirmar a inferioridades das duas raças. Mas no final do século, a publicação na Alemanha do livro de um escritor inglês chamado Houston Stewart Chamberlain influenciaria diretamente Hitler: ele dizia que apenas dois povos ainda mantinham sua pureza racial e que por isso estavam destinados a lutar até que um extinguisse o outro: eram os arianos e os judeus (HUNT, 2009). Portanto, aliado ao nacionalismo, o pensamento racista se desenvolveu de forma visceralmente avessa a toda noção de igualdade.

No século XX, o nacionalismo se tornou um projeto revolucionário de direita a fazer frente ao socialismo marxista, enquanto projeto revolucionário de esquerda. O fascismo e o nazismo emergiram plagiando as estratégias de difusão, propaganda, mobilização das massas e centralismo político que as esquerdas europeias utilizavam e o bolchevismo consolidou na Rússia soviética na década de 1920.

As orientações socioeconômicas das duas ideologias no poder

Uma vez que o pensamento nazista se formou de uma matriz ideológica oposta aos princípios da Revolução Francesa e os movimentos socialistas se originaram daqueles princípios, podemos verificar que as semelhanças entre as duas ideologias quando chegaram ao poder no século XX são bem menores do que suas diferenças. Enquanto o nacionalismo se aliou a ideologias raciais com status de ciência no século XIX e evoluiu para uma postura cada vez mais segregacionista, o socialismo buscava ampliar a noção de direitos oriunda da Revolução Francesa no sentido de estendê-los às classes desfavorecidas. Ao questionar a propriedade privada e a insuficiência dos direitos políticos, o socialismo evoluiu para um pensamento revolucionário e antiliberal.

Em 1843, Marx contestou a noção individualista da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que apenas levava à noção de “homem egoísta” em detrimento da verdadeira emancipação humana que não poderia ser alcançada pela política, segundo ele, mas pela ação revolucionária focada na abolição da propriedade e no deslocamento da noção de homem abstrato, individual para a de homem genérico, organizado em forças sociais (MARX, 2002). No século XX, essa teoria cimentou a ausência de direitos individuais na sociedade soviética. Ainda em 1918 os bolcheviques proclamaram uma Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, que pouco efeito teve na prática; por não assegurar direitos e liberdades individuais, deixou a sociedade à mercê do terror estatal que marcou virtualmente toda a história do país sob a ditadura do Partido Comunista (HUNT, 2009).

O nazismo, por outro lado, opunha-se tanto à direita liberal quanto às esquerdas (a social-democrata e a comunista) e associava todas elas ao judaísmo que, segundo Hitler, as controlava para subjugar o povo alemão. O nome “socialista” na sigla do partido deveu-se a uma estratégia para se diferenciar de todas essas ideologias e ganhar o apoio da sociedade alemã, especialmente os trabalhadores, a quem pretendia cooptar e recrutar para reerguer a economia do país e fazer frente ao crescimento dos partidos e movimentos de esquerda. O uso da cor vermelha na bandeira também foi estrategicamente escolhido por sua vivacidade e facilidade de atrair a atenção. Hitler explicou essa estratégia em “Mein Kampf”. Além disso, a

adoção do nome “socialismo” era antes uma provocação, segundo ele mesmo (HITLER, 2001, p. 265-266):

Neste mundo, porém, quem não se dispuser a ser odiado pelos adversários não me parece ter muito valor como amigo. Por isso, a simpatia desses indivíduos era por nós considerada não só inútil mas prejudicial. Para irritá-los, adotamos, de começo, a denominação de Partido para o nosso movimento, que tomou o nome de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães [...] A cor que escolhemos foi a vermelha, não só porque chama mais atenção, como porque, provavelmente, irritaria nossos adversários, e faria com que eles se impressionassem conosco.

Os adversários a quem ele se referia eram os comunistas e Hitler plagiou suas estratégias para cooptar o apoio dos trabalhadores a seu partido. Em “Minha Luta”, ele detalha como foi influenciado pelas ideias socialistas sem, contudo, se unir ideologicamente a elas; antes copia-lhes os métodos de organização, propaganda, agitação e difusão para criar um partido que se lhes oponha frontalmente. Para ele, a burguesia sozinha não podia derrotar o marxismo, porque era de seu meio que brotavam os marxistas que pretendiam entregar o mundo aos judeus. Ele contrapunha a isso o que chamava de “concepção racista”, que negava a igualdade das raças e impunha a necessidade de os fortes subjuguem os fracos (HITLER, 2001, p. 291-293).

Em um capítulo intitulado “Hitler, um socialista”, Narloch (2013) cita Ian Kershaw duas vezes; a primeira para falar das estratégias do partido nazista acima expostas e, na segunda, transcreve um trecho de sua obra que fala sobre a interferência do Estado na economia. No entanto, Narloch omite o fato de que na mesma obra Kershaw afirma que “Hitler nunca foi um socialista” (KERSHAW, 2010, p. 302). Este autor enfatiza que a sujeição da economia ao interesse nacional, isto é, ao Estado, não implicava uma mudança de sistema econômico. Ao invés disso, o capitalismo continuaria vigente, mas como “adjunto do Estado”⁵.

Kershaw também argumenta que a fusão de socialismo e nacionalismo presentes na sigla do partido de Hitler não se baseava na moderna noção de

⁵ Essa perspectiva converge com a abordagem de Bessel (2014, p. 58-59) segundo a qual, a despeito do elevado grau de controle estatal sobre a economia, “a Alemanha nazista permaneceu um país capitalista no qual os meios de produção ainda eram predominantemente de propriedade privada e no qual se apuravam lucros enormes, principalmente quando a empresa conquistava contratos com o governo”.

socialismo, mas numa exacerbação do darwinismo social e do imperialismo do século XIX, de onde provinha a noção de “comunidade nacional” (*Volksgemeinschaft*) pensada não como um meio para promoção do bem-estar coletivo, mas como preparação para uma luta cruenta para a conquista e pela força e para a destruição do marxismo – e por marxismo Hitler chamava genericamente tudo o que era de esquerda. Ele discute ainda a relação do nazismo com a direita radical, a aversão de Hitler e de seus seguidores por todos os movimentos de esquerda, sua rejeição ao socialismo, o que levou aqueles que ainda pensavam que seu movimento possuía alguma identidade com o socialismo a abandonar o partido nazista. Depois de mencionar que, após assegurar ao empresariado, “Hitler deixou claro que não queria nem pensar em socialização ou controle pelos trabalhadores”, o autor pontua: “Em 4 de julho [de 1930], antecipando-se à expulsão, [Otto] Strasser e 25 companheiros anunciaram publicamente que os socialistas estão deixando o NSDAP” (KERSHAW, 2010, p. 233).

Hitler ganhou o apoio de industriais alemães, mas não foi controlado por eles. Seu regime garantiu a propriedade privada, estabilizou a moeda, construiu grandes obras, reergueu a indústria, pavimentou estradas, estancou o desemprego e garantiu qualidade de vida para a população alemã. Ele via seu partido como uma organização revolucionária, embora tenha chegado ao poder por meio de eleições livres.

Do ponto de vista econômico, os nazistas não possuíam um corpo doutrinário definido. Eles desprezavam na teoria marxista o princípio de socialização de todos os meios de produção e defendiam a existência de empresas independentes. Como a Alemanha foi arruinada pela crise de 1929, socialistas e nacional-socialistas, por motivos diferentes, pretendiam superar a ordem social burguesa marcada por conflitos de classes, egoísmo econômico e repetidas crises. Enquanto os socialistas preconizavam a revolução e a coletivização para a derrubada dessa ordem e construção da sociedade sem classes, o nazismo preconizava a conquista e o saque. De acordo com Overy (2009, p. 410):

Sua concepção [de Hitler] tinha mais em comum com as tradições mercantilistas dos primórdios da era moderna, quando território, tesouro e recursos eram usurpados a ponta de espada sob a interpretação errônea de que a riqueza do mundo era finita [...]. Hitler tomou emprestado da geopolítica popular da década de 1920 a ideia de que a questão primordial enfrentada por todas as nações era

a limitação de espaço vital – a quantidade de terra e materiais necessários para sustentar a vida de uma determinada nação ou raça.

Overy também explica que o termo “capitalismo de Estado” foi cunhado por um cientista social alemão exilado nos Estados Unidos na época para designar o modelo econômico do terceiro Reich, marcado por forte intervenção do Estado, disciplinarização da mão-de-obra e proteção do lucro privado. Tanto a direita antiliberal quanto a esquerda cultuavam o Estado e o viam como elemento indispensável para a construção da utopia, uma sociedade de super-humanos, onde racionalismo e grandeza moral se conjugariam na formação de um mundo melhor. No caso da Alemanha, o regime nazista se manifestava como um Estado de Bem-estar racial, com sua política eugênica, garantia do pleno emprego aos alemães e doutrina da superioridade da raça ariana.

Tanto a economia soviética quanto a alemã eram economias de comando. E nesse ponto as semelhanças também não ocorrem por acaso: os nazistas não plagiaram apenas as cores, a organização coletivista e o nome socialismo de seus rivais – os economistas alemães também observavam atentamente como era conduzida a economia soviética e, como os planos quinquenais de Stalin, Hitler tinha o plano quadrienal com objetivos similares – investimentos na indústria pesada, substituição de importações e intercâmbio mínimo com o mercado mundial para salvaguardar as prioridades internas do país. Seguindo uma perspectiva levemente diferente da de Kershaw, para Overy (2009) nem a União Soviética era um socialismo puro nem a Alemanha nazista era propriamente capitalista. Os dois impérios tinham sistemas econômicos híbridos que se diferenciavam entre si mais pela forma como interpretavam a história, seu papel no cenário mundial e pelos objetivos das duas utopias do que pelo modo de produção predominante.

Desse modo, embora preservasse a existência da propriedade privada, o nazismo não era apenas capitalista, mas uma mistura dos dois sistemas e também não era de esquerda. Daí provém a designação, comumente usada em textos históricos, de extrema direita: Hitler acreditava que o capitalismo liberal era fraco e impotente para conter o avanço do bolchevismo sobre a Alemanha, condenava o parlamentarismo burguês como um sistema dominado pelo judaísmo tanto quanto o bolchevismo e fundou um partido que defendia um Estado forte e centralizado para se opor a isso, um partido e um Estado nacionalistas e racistas, ele sempre enfatizava.

Diferentemente do socialismo, sua interpretação da história não era social (luta de classes), mas racial, nem pretendia estender os ideais de inclusão e igualdade social a todos, apenas à raça germânica. Aos outros, caberia a extinção pela guerra.

Mesmo que o pensamento racial não fosse apanágio da direita, é preciso entender os homens a partir do contexto em que estão inseridos e no contexto das décadas de 1920 e 1930 a esquerda e a direita podiam compartilhar algumas ideias gerais muito populares de sua época, sem se confundirem ideologicamente. Em uma época de impérios e darwinismo social, as noções de uma hierarquia racial eram onipresentes, e poucos europeus, da direita ou da esquerda, não acreditavam nas ideias de superioridade racial ou não aceitavam sua relevância para a política colonial. O chamado “racismo científico” era levado a sério e influenciava atitudes públicas (MAZOWER, 2001, p. 109).

A derrota na Primeira Guerra, a humilhação do Tratado de Versalhes, a inflação, o desemprego e a visibilidade dos judeus no pós-guerra forneceram a Hitler o fermento para a exacerbação do sentimento racista e antissemita na Alemanha: “A propaganda nazista transformou a suposição de uma conspiração mundial judaica de assunto discutível que era, em principal elemento da realidade nazista; o fato é que os nazistas agiam como se o mundo fosse dominado pelos judeus e precisasse de uma constraconspiração para se defender” (ARENDDT, 2011, p. 412).

Por outro lado, o medo do comunismo levou liberais e conservadores a apoiá-lo: “Muitos conservadores também estavam insatisfeitos com a democracia do entreguerras e ansiavam por uma volta a modos de governo mais elitistas, aristocráticos e eventualmente monárquicos. Achavam que o problema da democracia estava no poder que conferia às massas, em sua suposta incompatibilidade com a autoridade” (MAZOWER, 2001, p. 38). Na Europa do entreguerras, a extrema direita chegou ao poder em países com pouca tradição democrática e apoiada por conservadores herdeiros do pensamento social anti-iluminista e aristocrático que remonta a Edmund Burke.

Isso explica também o apoio da Igreja ao fascismo e ao nazismo. Os ideais da Revolução Francesa a que o nacional-socialismo se opunha também não eram benquistos pela Igreja, uma instituição que se opôs a variadas conquistas da modernidade e teve seu poder muito reduzido com o avanço do secularismo na Europa. A Igreja não era fascista, mas o direcionamento conservador que tomou a

partir do Concílio Vaticano de 1870 veio a colocá-la como aliada de Estados autoritários e corporativos que teve em países católicos seus primeiros experimentos, cujos sistemas políticos também agiam com forte apelo à tradição católica. Segundo Hobsbawm (1995, p. 118):

[...] com menos frequência observou-se a considerável ajuda dada após a guerra por pessoas de dentro da Igreja, às vezes em posições importantes, a fugitivos nazistas ou fascistas de vários tipos, inclusive muitos acusados de horripilantes crimes de guerra. O que ligava a Igreja não só a reacionários anacrônicos, mas aos fascistas, era um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que, na sua opinião, dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o “comunismo ateu”.

O nazismo não se manifestou como um movimento abertamente anti-cristão, nem Hitler era ateu, como os dirigentes marxistas da União Soviética e essa era outra importante diferença entre as duas ideologias. Enquanto em “Minha Luta”, Hitler deplorava a perda da fé religiosa na Europa, particularmente na Alemanha, e considerava a religião como um importante sustentáculo da vida moral numa sociedade, o socialismo, enquanto movimento herdeiro das Luzes, via as religiões como forças sociais a serviço das classes dominantes e legitimadoras da desigualdade e da opressão, o que levou as lideranças soviéticas a emplacarem um amplo programa de descristianização e desfiliação religiosa, sobretudo através da educação. O nazismo, a despeito de seu programa revolucionário, era avesso aos princípios revolucionários do bolchevismo. Por isso Hobsbawm (1995, p. 121) os chamou de revolucionários da contrarrevolução.

Nacionalismo e internacionalismo

Uma característica da política soviética após a morte de Lênin foi a desistência gradual da revolução mundial e a consolidação do novo regime na Rússia. Essa foi uma preocupação de Stalin desde o início e uma de suas metas após assumir o poder. Stalin agia motivado pela preservação da revolução, por sua ampliação e via a si mesmo como o único líder bolchevique que possuía determinação suficiente para dirigir o país. Enquanto o nazismo possuía uma meta definida de extinção de outras raças, o comunismo não escolheu *a priori* suas vítimas, que foram sendo atropeladas

à medida que o partido acreditava que poderiam interromper o caminho da revolução. “As consequências dessa determinação [de Stalin] para a sociedade soviética foram profundas e angustiantes, mas para ele devem ter sido justificadas pelo único imperativo de construir o comunismo” (OVERY, 2009, p. 36).

Na União Soviética, o nacionalismo jamais se tornou parte da ideologia governamental. Depois da invasão alemã em 1941, o partido apelou ao sentimento patriótico da população, para combater os invasores, mas isso nem de longe se aproximava de um direcionamento nacionalista. Mesmo a ideia de Stalin de “construção do socialismo num só país” tinha um viés diferente do nacionalismo. Sobre o assunto, novamente Richard Overy (2009, p. 562):

A ideia [...] foi muitas vezes mal interpretada como uma expressão de socialismo “nacional” – um deslocamento das aspirações internacionalistas do verdadeiro marxismo inspirado pelo Stalin mais “nacionalista”. Mas a ambição não era nacionalista em nenhum sentido reconhecível. Quando Stalin afirmou, em 1924, que “podemos construir o socialismo... por nossos próprios esforços”, expressava uma ambição social, não nacional. O malogro da revolução fora das fronteiras soviéticas obrigou a maioria dos bolcheviques a aceitar a visão sensata de que o socialismo teria de ser construído sem a ajuda de outros proletariados [...]. Stalin nunca deu as costas à ideia de que a União Soviética devia continuar a combater o capitalismo e incentivar a revolução no estrangeiro; “o socialismo num só país” deu à União Soviética um lugar especial na liderança da luta mundial, mas não foi uma declaração de independência nacional. Se Stalin, na década de 1930, esperou que os cidadãos soviéticos expressassem um patriotismo soviético, foi por amor à única pátria socialista, não por soberba nacional [...]. Embora, a partir da década de 1930, a ditadura começasse a identificar-se mais com um passado especificamente russo, ele sempre manteve a distinção entre a União Soviética como um Estado socialista de muitas nacionalidades e a nação como expressão de uma cultura particular e sem igual.

Enquanto Stalin não fazia distinção entre nações, Hitler as concebia como entidades inseparáveis da ideia de raça e as raças inferiores estavam destinadas a ser conquistadas e ter seus territórios tomados pelas raças superiores, dotadas de uma vontade maior de autopreservação e de uma capacidade extraordinária de produzir cultura e ciência, e isso também embalava a diferença radical que os dois ditadores tinham da noção de Estado: “O Estado de Stalin era uma realidade multinacional sustentada por uma visão social e política distintamente não nacional; o conceito de Estado de Hitler baseava-se apenas na ‘preservação e intensificação’ de uma nação

única, a cujos fins todas as ambições políticas e sociais deviam ser implacavelmente subordinadas” (OVERY, 2009, p. 563).

Afirmamos anteriormente que o nacional-socialismo se caracterizava como um Estado de Bem-Estar racial, algo que inexistiu na União Soviética ou qualquer outro sistema socialista. Esse plano de fundo colocava os dois sistemas em campos opostos, quanto a seus objetivos finais. O Estado soviético tinha uma posição formal contra todo tipo de discriminação racial aberta ou violenta, além de ser formado por variados grupos étnicos que não foram perseguidos por motivos raciais. As deportações em massa que ocorreram na União Soviética no final e após a Segunda Guerra Mundial não tiveram um padrão pré-estabelecido de corte racial. Embora grupos étnicos praticamente inteiros tenham sofrido deportação na URSS, as razões para isso tinham fundo político, não étnico. No caso da Alemanha, ao contrário, a “Solução Final”, a questão da eliminação dos judeus, ganhou contornos mais dramáticos a partir de 1941 quando os alemães puseram em prática o assassinato em massa de judeus que durou, segundo Richard Overy, até 1944. Hitler via sua guerra contra outras raças, especialmente os judeus, em termos extremos de sobrevivência ou extinção.

A União Soviética era uma federação de nacionalidades, cujas identidades nacionais foram respeitadas na medida em que não comprometeram as ambições políticas centrais do regime [...]. Xenófoba e exclusiva, a Alemanha de Hitler viu-se em direta e violenta competição com todas as outras nacionalidades, trancada numa história perpétua de luta racial. As raças estrangeiras não podiam ser assimiladas sob quaisquer circunstâncias (OVERY, 2009, p. 598).

Por conseguinte, não é possível compreender adequadamente as diferenças entre socialismo e nacional-socialismo se não se tiver clareza da importância e das raízes dos conceitos de internacionalismo e nacionalismo que norteavam as duas ideologias e as colocava em oposição tenaz.

Prisioneiros e países ocupados

Outra diferença entre os dois regimes está no uso que faziam do trabalho escravo, ou dos campos de concentração. Havia homologias, mas mesmo nesse ponto as diferenças também sobressaíam. No importante estudo que realizou sobre os

campos de trabalho forçado na URSS, Anne Applebaum (2009) ressaltou logo no início as diferenças que apresentavam com os campos nazistas: uma das mais importantes era que o Gulag (como era chamado o complexo de campos soviéticos) tinha função essencialmente econômica. Os “inimigos” que ali eram seviciados eram escolhidos de forma mais aleatória e vaga em relação aos inimigos do nazismo, sobretudo os judeus. Esperava-se, na União Soviética, tornar esses trabalhadores “novos homens” reeducados pelo trabalho, por isso exigia-se que fossem produtivos. Apesar do elevado número de vítimas que morreram nesses campos, o Gulag não foi concebido como local de extermínio, ao contrário dos campos nazistas, onde os terríveis experimentos com câmaras de gás foram responsáveis pela morte de centenas de milhares de judeus.

Além disso, após a morte de Stalin, grande parte dos campos soviéticos foi fechada e milhões de prisioneiros libertos, algo impensável no nazismo, quando no fim da guerra a crueldade dispensada aos prisioneiros recrudesciu. É fato que a propagação de campos no século XX nos regimes totalitários evidenciou a aterradora capacidade desses Estados de produzir mortes em escala industrial, porém não houve nos campos da União Soviética nada semelhante ao Holocausto, nem eles foram organizados de forma proposital para produzir montanhas de cadáveres ou mesmo para serem instrumentos de terror como ocorreu com os campos alemães. A semelhança nas placas de entrada dos campos, com frases sobre o trabalho nos dois países também não revelam a diferença na concepção de trabalho nos dois regimes, mesmo para os prisioneiros:

Os campos alemães foram criados com a intenção da violência contra inimigos da nação e o esforço de guerra. O trabalho era muitas vezes um caminho deliberado para a destruição. O trabalho no Gulag podia ser destrutivo, mas o objetivo era manter os prisioneiros bem vivos e bem o suficiente para continuarem trabalhando em todos, menos nos mais sinistros campos de punição (OVERY, 2009, p. 622).

Outras distinções também se manifestaram no final da guerra e após. Hitler perdeu o apoio dos países que ocupou porque no transcorrer do conflito ficou claro que o objetivo da Alemanha não era criar uma Europa unida com autonomia entre seus países membros, mas escravizar suas populações e extinguir os grupos étnicos considerados nocivos à pureza racial ariana. Ele poderia ter conseguido apoio até mesmo entre povos que formavam a União Soviética não fosse sua crença de que “os

eslavos eram uma raça de escravos subumanos" (HOBSBAWM, 1995, p. 171). No pós-guerra, a ocupação soviética em Berlim oriental e no leste europeu apresentou características bem distintas. Apesar do centralismo administrativo de Moscou, muitos países do leste não foram anexados à URSS e sua classe governante “foi menos elitista que qualquer outro governo da Europa oriental até então” (MAZOWER, 2001, p. 275).

Além disso, na década de 1950, com a iniciativa de Krushev de denunciar os crimes de Stalin, os campos de trabalho escravo foram fechados e seus prisioneiros libertos. O domínio soviético no leste europeu também pôs fim a décadas de instabilidade e crises econômicas. Com a derrota do nazismo em 1945, a política do nacionalismo racial foi substituída por um projeto de modernização econômica abrangente e inclusiva, com expansão da industrialização, universalização do sistema médico e consequente redução da mortalidade infantil a patamares ainda não alcançados na região (MAZOWER, 2001).

Diferentemente dos alemães, que ocuparam a Europa oriental em função de seus interesses, a União Soviética cooptou e controlou as elites locais, dissipando as tendências nacionalistas e pondo em prática um programa de urbanização e industrialização que provocou profundas mudanças sociais e projetou economicamente a região sobre o restante do continente por algum tempo. Essas melhorias, contudo, culminaram em uma estagnação econômica a partir dos anos 1970 em decorrência da baixa produção de bens de consumo e da insatisfação popular com a ditadura e o centralismo administrativo de Moscou, elementos que depois se somaram à busca por independência nacional quando o sistema como um todo começou a desmoronar. Mas, para nossos propósitos, o importante a ressaltar é que as diferenças de objetivos e de governabilidade entre o sistema soviético e o alemão superam muito as semelhanças que apresentavam.

A cooperação entre Alemanha e União Soviética

Por fim, outro ponto controverso diz respeito à colaboração entre os dois Estados com a assinatura do pacto de não agressão em 1939. Na verdade, o primeiro acordo militar da Rússia soviética com a Alemanha foi feito mais de dez anos antes de Hitler subir ao poder, quando o país era uma República democrática. A aliança com

Berlim foi essencial para a Rússia Soviética modernizar suas forças armadas, que sofriam de grande precariedade em decorrência da derrota para a Polônia e a Guerra Civil (PIPES, 2013, p. 375).

Derrotada na Primeira Guerra, a Alemanha saiu do conflito com seu poderio militar extremamente enfraquecido e ficou mais vulnerável ainda com as proibições impostas pelo Tratado de Versalhes. O Tratado estabeleceu o fechamento das academias militares alemãs, assim como quartéis, campos de aviação e depósitos, a redução do exército a uma força policial de cem mil homens, a extinção da força aérea, a quase extinção da Marinha, que teve sua frota reduzida a apenas seis navios pequenos e trinta embarcações, o uso apenas de armas de defesa leves e veículos pequenos e impôs ao país a fiscalização de inspetores de armas de países aliados vencedores da Primeira Guerra (OVERY, 2009).

Uma alternativa que restou ao governo alemão foi tentar reconstruir seu poder militar com o apoio dos russos. Em 1922, os dois países assinaram o tratado de Rapallo e a partir de então passaram a ter intensa cooperação tecnológica e militar. Dez anos depois, segundo Koenen (2009), quase a metade das importações soviéticas em matérias de tecnologia era procedente da Alemanha. Quando em 1933 Hitler tornou-se chanceler na Alemanha, isso não abalou as relações entre os dois países nem foi um evento visto com maus olhos na União Soviética. Paradoxalmente, a cúpula dirigente de Moscou desconfiava mais da social-democracia (que eles chamavam de social-fascismo) do que do nacional-socialismo, porque

A social-democracia alemã representava, de maneira particular, uma política de orientação ocidental; encarava a União Soviética com extremo ceticismo e estava disposta a defender a república contra quaisquer tentativas de golpe, fossem de direita ou de esquerda. [...] De resto, a imprensa do KPD [Partido Comunista da Alemanha] titulava todos os partidos de “fascistas”. Além de social-fascistas havia também clerical-fascistas (o Centro), nacional-fascistas (os nacionalistas alemães) – e finalmente os fascistas nazistas ou de Hitler (KOENEN, 2009, p. 177).

A ascensão de Hitler encerrou a cooperação militar entre Alemanha e URSS de forma amistosa. Foi uma cooperação que durou pouco mais de dez anos, no decorrer dos quais os exércitos alemães tinham permissão de fazer treinamentos em território soviético, longe dos inspetores dos países aliados, além de poder “estabelecer centros experimentais de pesquisas de tanques, armas químicas e de aviação na União

Soviética” (OVERY, 2009, p. 458), e ainda testar armas no próprio território soviético e a URSS importou tecnologia, aprendeu a desenvolver um sistema bélico moderno e seus oficiais fizeram cursos na Alemanha. A cooperação transformou os dois países nas primeiras superpotências militares do mundo.

Se o pacto de não agressão assinado entre os dois países em 23 de Agosto de 1939 desafiava a lógica das hostilidades entre fascismo e comunismo, os dois ditadores sabiam que uma guerra entre eles aconteceria cedo ou tarde. Stalin acreditava que os países capitalistas entrariam novamente em guerra e a URSS não poderia ficar passiva e teria de entrar no jogo. O pacto foi um gesto estratégico de Hitler, que “precisava da neutralidade soviética enquanto era obrigado a combater as potências ocidentais” (OVERY, 2009, p. 497) e Stalin esperava que os países capitalistas se dilacerassem no conflito; mas ele não esperava uma ofensiva de Hitler ainda em 1941 enquanto a Alemanha ainda estava em guerra com a Grã-Bretanha e subestimou o poderio do exército alemão (KERSHAW, 2010).

Os dois regimes viam a guerra como algo essencial, foram forjados numa guerra e a utilizavam com propósitos políticos, uma vez que se viam cercados de inimigos. “As duas ditaduras criaram metáforas de conflito permanente como um meio de legitimar o regime. O resultado foi uma disseminada militarização da vida política, em que as diferenças entre as esferas militar e civil se tornaram indistintas e indeterminadas, em meio às linguagens da guerra” (OVERY, 2009, p. 468). Eram dois sistemas políticos beligerantes, cujas divergências ideológicas cedo ou tarde os colocariam em lados opostos no campo de batalha e seus dois dirigentes sabiam disso.

Embora a URSS tenha modernizado seu poderio militar, o fato de Stalin ter destruído a base agrária do país com a perseguição aos kulaks e ter eliminado importantes chefes militares e cientistas nos expurgos da década de 1930, deixando praticamente amadores na direção do Exército Vermelho, tornou a URSS bastante vulnerável à invasão alemã em 1941. As rápidas vitórias alemãs no território soviético evidenciaram o completo despreparo do Exército Vermelho diante dos nazistas. Em apenas um mês, nove décimos da força de tanques soviética foi destruída e as operações de cerco desbarataram a maior parte de sua linha de frente. O treinamento e o aparato militar alemães eram bem superiores aos soviéticos (OVERY, 2009, p. 506). Koenen (2009) confirma essa abordagem e acrescenta que a derrota fragorosa

do Exército Vermelho em 1941 não possui precedentes na história bélica. Depois de anos de conflito e heroicas resistências, a ajuda externa, especialmente britânica e norte-americana, foi fundamental para a União Soviética reverter a situação e vencer a guerra.

Conclusão

As noções de direita e esquerda não são conceitos estanques e devem ser analisadas a partir das características do contexto em que estão inseridos. Como vimos nesse artigo, a direita e a esquerda podiam partilhar ideias comuns no início do século XX, como o racismo científico (mais absorvido pela direita do que pela esquerda), um conjunto de princípios que, se hoje nos soam como absurdos, estavam fortemente sedimentados no arcabouço científico daquelas primeiras décadas.

Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial e o advento de novas tecnologias como o rádio levou à formação do que compreendemos como a “era das massas”, que deu à luz práticas discursivas e militâncias aclamadas tanto à direita quanto à esquerda. Na primeira, temos o culto à tradição, ao passado heroico e mítico e à figura de líderes redentores e que encontraram no fascismo e no nacional-socialismo seus lugares-comuns. Na esquerda, a exacerbação do discurso Iluminista com a promessa de futuro, do progresso pela via da revolução social, que o bolchevismo trouxe para o plano da história. O socialismo se tornou vitrine no período entre guerras e foi apropriado e reinventado pela direita, que manteve em comum com a esquerda revolucionária o viés antiliberal e antidemocrático.

A direita se reinventou no período entre guerras e sob a sombra do ódio ao parlamentarismo e do anticomunismo, ela própria se tornou revolucionária. A propaganda, a organização de massas e a força do nacionalismo foram seus ingredientes para isso. O fascismo e o nazismo não se limitaram apenas a reagir ao comunismo, mas se tornaram eles próprios projetos de sociedade coletivistas da era das massas e emergiram como ideologias de organização do trabalho numa época em que a sociedade do trabalho estava em crise. Numa época de fortes tensões sociais e de classes, cooptaram os trabalhadores, ganharam o apoio das classes médias e da burguesia industrial, embora não tenham se subordinado a elas e concentraram seus objetivos na propaganda, no culto ao líder e no esforço de guerra, a meta maior de

Hitler para reaver os territórios perdidos em 1918 e pôr em prática seus princípios de conquista do espaço vital e homicídio em massa com inspiração racial.

Referências

APPLEBAUM, Anne. **Gulag**: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BESSEL, Richard. **Nazismo e Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho para a Servidão**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOENEN, Gerd. **Utopia do Expurgo**: o que foi o comunismo. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2009.

MARX, Karl. A Questão Judaica. *In*: _____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MAZOWER, Mark. **Continente Sombrio**: a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

OVERY, Richard. **Os Ditadores**: a Rússia de Stálin e a Alemanha de Hitler. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIPES, Richard. **História Concisa da Revolução Russa**. 2 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

QUINTELA, Flavio. **Mentiram (e muito) pra mim**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2014.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa: 1789-1799**. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

Recebido em Junho de 2015
Aprovado em Setembro de 2015